

# PERONISMO E ORIGEM DOS OPERÁRIOS NA ARGENTINA

*Carlos R. ETULAIN<sup>1</sup>*

## Introdução

Neste trabalho analisaremos o problema da adesão dos trabalhadores argentinos ao peronismo, observando em que medida Perón conquistou espaços populares e desenvolveu influências sobre os diversos componentes da classe trabalhadora argentina, nos anos 40 e 50. Apontamos, junto com a história, as posições dos autores sobre o problema. A discussão do assunto será delimitada em torno do maior ou menor peso que se atribui aos trabalhadores do interior da Argentina em oposição aos trabalhadores mais modernos e industrializados de Buenos Aires – que contavam com componentes de trajetória política e formação ideológica.

O peronismo implementou, na década de 40, um modo inovador de fazer política na Argentina, com base na participação de trabalhadores e sindicatos. As estratégias do poder, até então, tinham seguido a tradição contrária, pondo em prática políticas que tratavam com arrogância os mais pobres e menos organizados. Recluídas nessa visão, as elites, banqueiros, fazendeiros e, mais tarde, industriais, não eram capazes de perceber em que medida a força popular viria a ser protagonista da vida política argentina. A massa ganha definitivamente seu espaço político na história argentina com Perón, e Perón com as massas. Por isso é que o surgimento do peronismo, com seu impacto sobre os setores populares, deixou os partidos tradicionais num verdadeiro impasse e ainda surpreendeu os partidos de esquerda, uma vez que eles, mesmo sendo anteriores ao peronismo, não tinham conseguido uma adesão popular dessa dimensão.

Na década de trinta, a vida política argentina estava falida. Uma série de fracassos e fraudes vinculados ao poder dos *estancieros*, exportadores agropecuários e banqueiros britânicos, que seria verdadeiramente abalado alguns anos depois quando do surgimento de Perón e a transformação do peronismo em expressão política das

---

<sup>1</sup> Departamento de Economia – USF – 12916-900 – Bragança Paulista – SP.

massas. Perón surge junto aos setores populares e oficializa os sindicatos, valendo-se de uma estratégia que lhe possibilitou, a um só tempo, atrair os trabalhadores para si e subordiná-los mediante uma organização sindical de tipo estatal.

O surgimento de Perón na cena política se dá a partir dos anos 40. Em 04 de junho de 1943, num dos golpes militares que se generalizaram neste século na vida política argentina, o General Pedro Ramírez ocupou o governo. Ramírez pertencia ao GOU<sup>2</sup> (grupo secreto) que contava com Perón entre seus membros. Uma vez no governo, Ramírez decretou a dissolução dos partidos políticos, implementando uma política indefinida, complicada ainda mais pela pressão de ter que tomar uma posição diante das potências mundiais em guerra. Perón, nessa conjuntura, foi nomeado chefe da Secretaria de Trabalho, cargo a partir do qual começou a promover sua estratégia de inserção popular. Assim, por meio destes primeiros eventos históricos da carreira política de Perón, consolida-se um partido político, um bloco feminino e um conjunto de organizações sindicais que, junto ao apoio popular, conformaram o chamado movimento peronista.

### **A origem operária e a adesão ao peronismo**

Halperin Donghi diz que a classe trabalhadora argentina, com a industrialização, aumentou em número, e que sua composição mostrou diferenças nos anos de surgimento do peronismo, em relação aos tempos anteriores (HALPERIN DONGHI, 1972, p. 391). A imigração estrangeira, esgotada quase que por completo em 1930, tinha sido suplantada por um movimento migratório interno, das províncias para Buenos Aires. Na Sociologia, deu-se o nome de “operários novos”<sup>3</sup> a esse fluxo migratório interno, responsável por alterar a composição da classe trabalhadora. A análise de Gino Germani, pertencente à Academia e um dos fundadores das Ciências Sociais e do Funcionalismo na Argentina, destacou o papel dos “operários novos”, na adesão ao peronismo, observando o efeito avassalador das atitudes populistas de Perón sobre os trabalhadores desorientados do interior (GERMANI, 1971 e 1973).

<sup>2</sup> O GOU manteve em segredo, durante muito tempo, o significado de sua sigla. Foram várias as interpretações: Gobierno-Orden-Unidad, Grupo-Obra-de-Unificación, Grupo-Orgánico-Unificado e, finalmente, a que foi aceita como versão oficial: Grupo-de-Oficiales-Unidos (PAGE, 1983, p. 61, passim). Sobre este ponto, o trabalho de Potash reconstrói a história de Perón e do GOU (1984, cap. VII); ver também Romero, (1987).

<sup>3</sup> Os “operários novos” eram trabalhadores do interior, sem outra tradição política a não ser o voto pelo patrão, ao contrário dos antigos operários que chegaram ao país no final do século XIX e inícios do século XX e que, embora pressionados pela crise econômica em seus países, traziam a cultura (socialista, anarquista e comunista) que havia caracterizado a luta trabalhadora na Europa. No Brasil, esta tese também é comum. Ver, por exemplo, Rodrigues, (1970).

Germani apontou para a precária condição política e cultural dos trabalhadores do interior, mostrando como teriam se transformado na mais importante base social para a estratégia peronista.<sup>4</sup> Desde então, os estudos sobre a formação e origem do peronismo deram destaque à presença desses “operários novos” no movimento peronista.

Os operários novos do interior da Argentina, segundo Germani, foram, dadas as condições particulares deste setor da sociedade argentina, os receptores diretos do discurso peronista. Entretanto, a presença dos mesmos no peronismo não deve fazer com que se desconsidere os “velhos” operários e o impacto do peronismo sobre eles (SMITH, 1969). De tradição mais combativa, também se voltaram para Perón gerando, inclusive, uma verdadeira migração de comunistas, socialistas e nacionalistas em direção ao peronismo (MURMIS & PORTANTIERO, 1987, p. 60, passim; GERMANI, 1971; 1973. Para uma síntese sobre a história sindical na Argentina, ver MATSUCHITA, 1983).

É claro que o fluxo migratório interno de trabalhadores forneceu um peso eleitoral também novo ao cenário político argentino. A figura de “representante popular” habilmente desenhada por Perón captou essas forças. Em razão disso, toda vez que se aponta para o fenômeno peronista no início dos anos 40, emergem observações que desqualificam ainda mais a população do interior, reforçando o estigma de que os trabalhadores do interior eram politicamente desinformados, sem experiência, de fácil manipulação, enfim, um público adequado às estratégias populistas. Assim, Perón pode ser visto como oportunista, e a massa trabalhadora como uma parte “bárbara” da sociedade argentina: “*entendamos señores: la chusma*” (RIVERA, 1998).

É verdade que os socialistas se voltaram mais para os operários das indústrias vinculadas ao sistema de exportação do que para “la chusma”. Os trabalhadores das principais indústrias eram na maioria, estrangeiros. Viviam em comunidades e mantinham os hábitos e a língua de origem. Alguns deles se limitavam a trabalhar, aguardando o momento de voltar ao país de origem e não se envolvendo com a realidade social da Argentina.

Perón buscou apoio político endereçando seu discurso a um leque amplo de setores da sociedade, como a burguesia nacional e os trabalhadores do interior. Oficializou os sindicatos e os integrou ao Estado, outorgando-lhes poder político e ingerência em várias esferas. Conquistas em termos de justiça social começaram a aparecer,

<sup>4</sup> De fato, em 1946, o voto dos operários passou quase que integralmente para o peronismo, tendência que se manteve até 1973, como mostra o estudo de Mora y Araujo sobre a composição do voto peronista. (MORA Y ARAUJO & LLORENTE, 1980)

juntamente com o reconhecimento oficial dos sindicatos, o que veio a conferir identidade “trabalhista” ao governo de Perón. Estando do lado de fora do Estado, Perón integrou sindicatos e trabalhadores à esfera oficial da política argentina.

Contudo, se os trabalhadores do interior e os diferentes setores da burguesia nacional não compõem, de forma exclusiva, o peronismo, deve-se observar que tais setores constituem sua base fundamental. Enquanto conservadores e esquerda tradicional se identificavam por sua atitude cega de desprezo à Argentina “bárbara” do interior, acabaram por esquecer desses setores da sociedade. Perón, ao contrário, os acolheu com uma mais nova estratégia política. Como ele mesmo lembrou, anos mais tarde, com referência à trajetória social do peronismo, “La sangre que los criollos derramaron por todos los caminos de la Independencia há venido a florecer en nuestros tiempos” (Perón, discurso veiculado por radio e TV, 21 de junho de 1973), (PAVÓN PEREYRA, 1973, p. 116).

Os pequenos comerciantes e industriais e os *criollos* das fazendas foram rejeitados como “bárbaros” – termo utilizado por Sarmiento, no séc. XIX – tanto pelos conservadores quanto pela esquerda tradicional. Entretanto, a coincidência é surpreendente. Explica-se por certa convergência ideológica desses setores, em princípio, opositores políticos. Tanto conservadores quanto socialistas privilegiavam o capital internacional e civilizador, e atuavam defendendo seus domínios na Argentina. Voltavam-se unicamente para os segmentos mais consolidados da economia argentina. Justamente aqueles que se inseriam no mecanismo agroexportador. Assim, “la chusma” do interior não poderia ter interessado, uma vez que era vista, pela direita e pela esquerda, como estando à margem de todo o processo capitalista que vinha se firmando na Argentina desde o século XIX.

Entretanto, quando visto a partir da história sindical argentina, o movimento sindical e o peronismo não têm a mesma origem. A origem dos primeiros grupos sindicais tem a ver diretamente com a esquerda tradicional. Com o surgimento do primeiro grupo sindical, a **Unión Tipográfica**, em 1877, muitos grupos e partidos políticos foram construindo o espaço de luta da classe trabalhadora. O contingente estrangeiro da população argentina muito tinha influenciado as idéias políticas – anarquistas, socialistas e comunistas participaram do processo fundador das primeiras organizações sindicais da Argentina.

A **Unión Ferroviaria**, dada sua inserção no plano exportador da Argentina, transforma-se no sindicato mais importante, uma vez que tinha experiência em negociações com o governo. Desde os anos 20, havia tomado força no sindicalismo o princípio da “prescindência política”, no sentido dos militantes sindicais evitarem o vínculo direto entre a prática sindical e as lealdades partidárias individuais para, assim, evitar subordinar os interesses do movimento sindical aos interesses do parti-

do. Dessa forma, as posições ideológicas e a postura partidária tiveram, na maioria das vezes, um efeito desagregador, tal como tinha se mostrado o predomínio anarquista no sindicalismo argentino da primeira década do século XX.

Desde os anos 20, em meio ao predomínio da política conservadora, a **Unión Ferroviaria** e um conjunto de sindicatos criaram uma nova CGT, voltada para a negociação com o governo e para a busca de um apoio estatal. Surgiu, também, a **Unión Sindical Argentina** que agrupou socialistas, comunistas, democratas progressistas que buscavam formar uma oposição baseada no compromisso com a democracia e a contestação do fascismo.

Quando do golpe de 1943, existiam na Argentina: a CGT 1, formada principalmente pela Unión Ferroviaria que, por sua experiência e pelo tipo de atividade dos trabalhadores a quem representava, tinha trânsito facilitado junto ao governo e ao poder público, e a CGT 2, dos comunistas e socialistas, que teve de defrontar-se, de um lado, com a habilidade de Perón para negociar e, de outro, com a repressão e a clausura.

Hugo Gambini explica a estratégia de Perón:

La táctica que Perón ideó para asegurarse la lealtad gremial fue diametralmente opuesta a la que le había servido para deshacer a sus partidos políticos: en lugar de ordenar la disolución lisa y llana optó por estimular su organización. (GAMBINI, 1983, p. 27).

A aparição do peronismo constitui um momento da história argentina em relação ao qual, muitas vezes, destaca-se a ruptura com o sindicalismo tradicional. A novidade fica a cargo da estratégia político-discursiva de Perón, que desviou o percurso que a esquerda vinha desenvolvendo no terreno sindical. Perón soube canalizar, para o âmbito estatal, o diálogo com as corporações trabalhistas. Criou uma estrutura sólida e essencial para articular os interesses vindos das bases operárias com aqueles que decorriam dos setores dominantes tradicionais.

Os governos tradicionais, conservadores e liberais que antecederam a época peronista viam com maus olhos a organização dos trabalhadores em sindicatos. Desde finais do século XIX, não demoraram a chamar os sindicalistas de provocadores externos e subversivos (ODDONE, 1983). Perón, ao contrário, ensinou à classe dominante que estava na hora de aceitar a organização sindical, como na maioria dos países capitalistas europeus, e ainda, no outro extremo, instava aos “de baixo” a que transformassem as organizações sindicais em organizações formais que fizessem parte do próprio Estado. Assim, os sindicatos que não simpatizassem com essa “oficialização-estatização” proposta por Perón, na sua maioria socialistas e comu-

nistas, eram desprezados, enquanto os que se integravam passavam a ser controlados e beneficiados pelo Estado.

Com seu discurso e programa social, Perón trouxe também um novo ar para as possibilidades de vida dos setores populares que, até então, tinham vivido maioritariamente no ostracismo político.

Contudo, uma vez criado o peronismo, falar em ruptura da ordem sindical não é correto. Houve, ainda, integração ao movimento peronista, tanto de componentes da velha guarda sindical, que representava os antigos operários imigrantes, como dos socialistas e comunistas, que foram se voltando para Perón. Entretanto, o processo levou um certo tempo. A classe trabalhadora radicada em Buenos Aires era integrada por imigrantes. No início, aderiam ao socialismo e ao comunismo, mas, depois, quando do surgimento de Perón na política, são os filhos desses imigrantes que começam a ter uma vida mais distanciada da Europa e a ver o peronismo com outros olhos. Daí ser possível dizer que os velhos operários também se faziam peronistas, argumento usado por vários autores para contestar a importância dos “operários novos” na formação do peronismo. Se os novos trabalhadores do interior se identificaram com o peronismo, nesse processo também muitos trabalhadores velhos, junto com dirigentes sindicais e políticos, voltaram-se para ele.

A explicação de Germani sobre os operários novos quando do surgimento do peronismo encontra paralelo em diferentes posições da esquerda. Tanto os socialistas e comunistas, que viam nessas massas “desclassadas” um setor sem formação política e, por isso mesmo, facilmente manipulável, como os que, à maneira de Jorge Abelardo Ramos, líder da esquerda voltado para os problemas nacionais, passam a entender o peronismo como manifestação de uma ruptura na classe dominante, reforçada pela presença dos trabalhadores novos. Entretanto, a maior parte da esquerda qualificou a atitude de Perón como manipuladora ou demagógica em relação às massas. Porém, os trabalhos de Murmis e Portantiero e as investigações de autores como Hugo del Campo, Matsushita e também Torre não confirmam tais interpretações, mostrando ainda como foi central a participação no peronismo de velhos operários e antigos líderes políticos (MURMIS & PORTANTIERO, 1987; DEL CAMPO, 1983; MATSUCHITA, 1983; TORRE, 1990).

Parece-nos, no entanto, que a importância dos trabalhadores do interior foi dada, não tanto por seu número, mas, sim por se constituírem nos receptores diretos desse discurso inovador, como foi o de Perón, que falava para um grupo social tradicionalmente condenado como reacionário e feudal. De todas as críticas feitas à esquerda tradicional, por não ter conseguido uma inserção social efetiva, a que aponta para o desprezo pelos *criollos* parece-nos ser a mais importante para que se entenda

o porquê do discurso de Perón ter tido tanta aceitação e eficácia, ao contrário do discurso de socialistas e comunistas.

Em termos da força combativa dos trabalhadores e da organização sindical, os anos 30 foram diferentes daqueles do final do século XIX e dos da primeira década do século XX. Logo após o golpe do general Ramírez, os sindicatos tomaram a situação com cautela, sem contestar violentamente o regime autoritário que se iniciava. Se, por um lado, tratava-se de mais uma conjuntura política em que os militares ganhavam poder – e, nesse sentido, surgiam expectativas, nada auspiciosas, de um regime conservador em confronto com os sindicalistas –, por outro, as medidas econômicas não eram de todo prejudiciais para os trabalhadores: congelamento dos aluguéis e dos preços da cesta básica eram uma forma de proteção para os setores populares. Apenas os comunistas denunciaram, desde o primeiro momento, o caráter reacionário desse golpe.

Nesses anos, o movimento sindical não consegue compor uma força nacional organizada nem consolidada. No início do século XX havia mais entusiasmo. Nos anos que antecederam Perón, a organização sindical se restringe às atividades de produção e exportação primária, tradicionais da Argentina, aos trabalhadores dos transportes, dos portos e dos frigoríficos. Todas elas atividades voltadas para a economia agroexportadora. Como mostra Juan Carlos Torre,

*Atrás ha quedado la gran efervescencia social de las dos primeras décadas del siglo, alimentada por la protesta de una masa inmigrante que se vuelve contra la realidad proletaria que la aguarda al final del viaje emprendido para escapar a la pobreza de sus lugares de origen. (1990, p. 40).*

Sob influência da guerra na Europa e das condições de esgotamento político da Argentina, os sindicalistas abandonaram o rígido princípio de “prescindência política” e, no seu lugar, levantaram as bandeiras dos direitos trabalhistas junto aos valores democráticos. Mas, a idéia de independência política e ideológica que poderia ter sido forjada no sindicalismo por esta via logo foi surpreendida, a partir do governo de Perón, como um novo poder que prometia atender todas as demandas da classe trabalhadora, que vinham sendo adiadas por mais de três décadas (TORRE, 1990, cap. 2). Instaurou-se, assim, um canal de contato com Perón, enquanto se esvaziavam as tentativas de independência do movimento sindical.

Perón agiu rapidamente. Diante das greves, da **Secretaria de Trabajo y Previsión** negocia com os líderes sindicais comunistas e socialistas da velha guarda, aceita os termos exigidos pelos negociadores, consegue pôr um fim a antigos conflitos e compromissos políticos com os trabalhadores, tira líderes da prisão. Sua tática é dupla: benefícios para os menos combativos e coerção para os opositores.

Durante o governo de Perón, o Estado adquiriu autonomia exclusiva para a definição dos conflitos trabalhistas. Tal autonomia, segundo Perón, consistia em manter “*el papel de fiel de la balanza capital-trabajo*”, o que criava, além de tudo, um clima adequado para que o Estado pudesse se dedicar a enfrentar os baixos níveis de salários, e o *déficit* de longa data, que afetava os setores populares.

### O governo de Perón e suas políticas

As políticas anteriores ao peronismo foram decorrência da aliança liberal-conservadora, preocupada com a exportação de carnes e com a produção agropecuária. Tratavam-se de políticas que tinham concentrado os esforços nacionais no favoritismo da relação de dependência com a Grã-Bretanha. A carne e os cereais argentinos se destinavam à Inglaterra e, de lá, importavam-se os manufaturados. Houve, ainda, a tentativa de praticar uma política contrária à tradição liberal-conservadora, baseada na busca de uma certa autonomia, por meio do desenvolvimento da indústria em formação; contudo, a matriz desta política nacionalista consistia em uma aliança entre setores médios e a burguesia de capital nacional, que não tinha conseguido prosperar até então. Nas presidências de Yrigoyen, de fato, o princípio de “*prescindência política*” dos sindicatos tinha se mostrado uma estratégia adequada para promover as negociações com o governo, dado ser este um governo que surgiu com uma amplitude de interesses, que incluía também os setores médios e populares.

O clima, quando da chegada de Perón à presidência, adequava-se ao protecionismo e ao florescimento do Estado em seu papel industrializante, ao mesmo tempo em que a situação econômica internacional também resultava propícia: o fechamento progressivo das economias, na Segunda Guerra, motivou certo protecionismo; a necessidade de alimentos por parte da Europa estimulou a demanda externa dos produtos argentinos.

Nos anos iniciais do peronismo prevaleciam as idéias vigentes em quase todo o mundo acerca da incerteza das economias de predomínio agrícola. A Crise de 30 e a Segunda Guerra tinham reforçado a idéia de se buscar uma economia com certo grau de autonomia. Desse modo, pois, a tentação de propor uma estratégia unificada dos muitos interesses desencontrados da sociedade argentina tomou forma com Perón. A opção pela industrialização possibilitou o surgimento de atividades que deram impulso à economia argentina, ao mesmo tempo em que se tornava possível a inserção econômica de setores sociais, até então relegados pela dependência argentina dos produtos estrangeiros. A isto se soma o fato de o peronismo ter elaborado uma polí-



tica que integrava as medidas intervencionistas pró-empresas, àquelas medidas sociais favoráveis aos assalariados.

Este contexto de integração da sociedade em torno da industrialização do país e os saldos de divisas existentes, quando do início do governo de Perón, permitiram enfrentar os compromissos populares. Deu-se, assim, uma espécie de *sozialpolitik*, inovadora e de grande alcance. Foram aprovadas leis sociais, tais como direito a férias remuneradas, 13º salário, indenização por demissão e assistência médica.

A *sozialpolitik* de Perón o diferenciou dos governantes anteriores. Estes também se defrontaram com as carências da população trabalhadora, mas as reduziram a oportunidades de promoção eleitoral, ou, simplesmente, as desprezaram como coisa inoportuna, desajustada em relação ao imaginário da aliança dominante. Nesse sentido, é consenso que o déficit social transformou-se em terreno propício à consolidação de Perón como líder indiscutível das massas.

Durante a primeira presidência de Perón, a política econômica seguiu a linha protecionista e intervencionista. Apoiar o desenvolvimento do mercado interno, embora não tivesse sido idéia original de Perón (um projeto da **Unión Cívica Radical**, de 1941, objetivava a instalação de novas indústrias e dava preferência às matérias-primas nacionais), constituiu-se em uma das estratégias essenciais da primeira presidência peronista: promoção da indústria nacional (pequena e média) e favorecimento da política de empregos.

O processo de substituição de importações, impulsionado a partir da Segunda Guerra, possibilitou a consolidação das empresas nacionais. No entanto, relativamente a este ponto, as restrições apareceram nas dificuldades da Argentina para renovar o estoque de maquinarias do setor, ao mesmo tempo que os EUA pressionavam, restringindo as possibilidades de incorporar novas técnicas e máquinas. Perón, em resposta, adota uma política externa contrária ao alinhamento aos EUA.

O intervencionismo de Perón foi radical. Estradas de ferro, transporte urbano, empresas de capital alemão e o comércio exterior do país foram estatizados. Este último como forma de resolver o grave problema da queda do salário real, frente à recuperação da demanda externa, devido ao fato dos bens que compõem centralmente a cesta básica da população serem os principais produtos da cota de exportações argentinas (carnes e cereais). Assim, a qualidade exportável dos bens-salário se converteu na condição da estatização do setor externo, possibilitando, com isso, tanto o controle do poder de compra dos salários, como um meio de dispor das divisas geradas pelo comércio internacional, que outrora consolidaram o poder da oligarquia rural. O setor externo converteu-se no epicentro do antagonismo entre os assalariados e a oligarquia, entre o nacionalismo e a tradição liberal da Argentina.

Celso Furtado, na obra *La Economía Latinoamericana*, considera que a primeira gestão de Perón “*constituye un ejemplo pionero en América Latina de tentativa de someter las exportaciones al control del Estado*” (1986, p. 221).

Criou-se o **Instituto Argentino de Promoción para el Intercambio (IAPI)**, órgão que monopolizou a compra da produção agropecuária local e sua venda ao exterior, e cuja renda financiou o desenvolvimento industrial. Sobre este ponto, assinala Halperin Donghi:

*los mecanismos de control legados por los conservadores fueron ahora utilizados para subvencionar no al sector primario sino al industrial; el mantenimiento del valor oficial del peso abarata las importaciones, limitadas a combustibles y materias primas industriales, sacrificando los lucros de los productores primarios para la exportación.* (1972, p. 392)

Perón foi majoritariamente reeleito em 1951. Antes disso, contudo, a Constituição nacional tinha sido reformulada para possibilitar sua segunda candidatura. Dessa vez, a gestão peronista defrontou-se com sérias dificuldades: a morte de Eva (a primeira e mais destacada mulher de Perón, dada sua participação e influência na vida política e sindical da Argentina), em julho de 1952; o clima econômico, que não era mais aquele que prevaleceu na primeira presidência; a escassez de divisas; a queda na produção agropecuária e os limites do orçamento estatal que acabaram por reverter a política nacionalista em direção à busca de capital estrangeiro. Em termos da situação internacional, a conjuntura também era outra. A Guerra Fria dividia o mundo em capitalismo e comunismo, o que também delimitava os rumos dos fluxos de capitais.

A complexidade do quadro econômico intensificou-se ainda mais frente aos sérios problemas de organização e capacidade limitada de crescimento que afetavam as empresas públicas. O déficit de alguns órgãos transformou-se em um peso para as finanças públicas, dificultando a já restrita capacidade de oferta desse setor. Assim, ao estrangulamento produtivo, sucederam-se a inquietude social e a inflação. Além disso, à medida que os subsídios estatais, defendidos por Perón para as empresas nacionais, começaram a se restringir, os investidores, sentindo-se menos protegidos, abandonaram os projetos nacionais e se dirigiram para atividades financeiras menos produtivas, porém mais preservadas da inflação.

Em 1952, Perón anunciou um novo plano econômico. Desta vez, a *sozialpolitik* perde espaço para o controle da inflação e as medidas redundam em volta da contenção do gasto público e do controle de preços. O ponto crucial para o nacionalismo econômico de Perón esteve marcado pelo fato dele necessitar de novos financiamentos.

tos e, como consequência, de ter que implementar medidas que atraíssem capitais externos para o país. Paralelamente, Perón reforça seu diálogo com as massas:

*En los tiempos de abundancia gozaremos todos y todos soportaremos los tiempos de crisis. Eso es lo solidario y eso es lo justo, ya que todos somos factores de éxito o causa de insucesos. Tampoco creemos en la eficacia, como medida económica, de rebajar sueldos y salarios, que, disminuyendo el volumen del poder adquisitivo, lleva a una atonía contraproducente a todos los sectores de la economía. Tenemos más fe en las calidades y cualidades de nuestro pueblo y de nuestros hombres, que, estimulados en su haber, sabrán hacer honor a nuestra confianza produciendo más, consumiendo menos y ahorrando lo conveniente. (PERÓN, 1952)*

As reservas de divisas e o endividamento do setor público tinham possibilitado a Perón financiar sua política popular; entretanto, divisas e empresas públicas chegaram ao limite de suas capacidades, anulando assim quaisquer possibilidades de gastos sociais.<sup>5</sup> Perón fica acuado. Por volta de 1955, depois de encaminhada a reconstrução européia, os fluxos internacionais do capital financeiro voltaram a se orientar para América Latina, imprimindo, como consequência, novas transformações no mapa de alianças políticas da Argentina. Os limites impostos pelas condições econômicas internas e externas reanimaram as críticas dos setores opostos ao peronismo. Vários setores da sociedade argentina desenvolveram ressentimentos contra Perón e o peronismo. Boa parte da Igreja se sentiu desafiada pelas atitudes e declarações de Perón. A oligarquia e os setores mais poderosos da burguesia nacional também sentiam profunda antipatia pelo peronismo. Os militares, antiperonistas neste contexto, também se sentiram impulsionados ao antiperonismo. Assim, quando a situação se tornou mais complexa, o peronismo foi perdendo a capacidade de se manter no governo.

Nesse mesmo ano, uma aliança entre conservadores, comunistas e socialistas derrocou Perón, no Golpe de Estado conhecido como “*Revolución Libertadora*”. Perón exilou-se, seu partido foi proscrito e os principais líderes sindicais perderam seus cargos, sendo, na maior parte dos casos, encarcerados.

A partir de então, os golpes se repetiram na história política argentina. A sociedade não era mais a mesma e os golpes funcionaram como tentativas (sempre frustradas) de administrar, e mesmo de evitar a presença incômoda do peronismo. O

<sup>5</sup> A situação que, progressivamente, colocou limites à ação de Perón quanto à política de justiça social, emprego e salários é considerada como a manifestação do esgotamento de uma forma de acumulação, baseada na distribuição da renda nacional e no desenvolvimento do mercado interno. Ver (PERALTA RAMOS, 1978).

surgimento do peronismo, no entanto, mostrou, ainda que de maneira confusa, em que medida pesava no jogo político a força social das massas. E, de modo mais claro, em que medida essa força estava irreversivelmente vinculada a Perón. Ranis assinala: “*Perón’s ability to keep hostage for three decades in his roles as twice-elected ‘lider’, as exiled ‘caudillo’, and president once more.*”<sup>6</sup>

## Referências

- DEL CAMPO, H. **Sindicalismo y peronismo**: los comienzos de un vinculo perdurable. Buenos Aires: CLACSO, 1983.
- FURTADO, C. **La economía latinoamericana, formación histórica y problemas contemporáneos**. 19.ed. México,DF: Siglo Veintiuno, 1986.
- GAMBINI, H. **La primera presidencia de Perón**: lestimoneos y documentos. Buenos Aires: CEAL, 1983.
- GERMANI, G. **Política y sociedade en una época en transición**. Buenos Aires: Paidós, 1971.
- GERMANI, G. El surgimiento del peronismo: el rol de los obreros y los migrantes internos. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v.13, n.51, 1973.
- HALPERIN DONGHI, T. **Historia contemporánea de América Latina**. 3.ed. Madrid: Alianza, 1972.
- MATSUCHITA, H. **Movimiento obrero argentino**: 1930/1945, sus proyecciones en los orígenes del peronismo. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1983.
- MORA Y ARAUJO, M.; LLORENTE, I. **El voto peronista**. Buenos Aires: Sudamericana, 1980.
- MURMIS, M.; PORTANTIERO, J.C. (1971). **Estudios sobre los orígenes del peronismo**. 5.ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1987.
- ODDONE, J. **Historia del socialismo argentino**. Buenos Aires: CEAL, 1983.
- PAGE, J. **Perón**. Buenos Aires: Vergara, 1983.

---

<sup>6</sup> “A habilidade de Perón para tomar como refens (a classe trabalhadora) por três décadas e se eleger “lider”, exilar-se como caudilho, e tornar-se presidente mais uma vez.” (RANIS, 1979, p. 313)[Parênteses meus].

*Peronismo e origem dos operários na Argentina*

- PAVÓN PEREYRA, E. **Perón tal como es**. Buenos Aires: Macacha Güemes, 1973.
- PERALTA RAMOS, M. **Acumulación del capital y crisis política en Argentina: 1930-1974**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1978.
- PERÓN, J. D. **Para que cada argentino seja como lo debe hacer**. Buenos Aires: Presidencia de la Nación, 1952.
- POTASH, R. **El ejército y la política en la Argentina: 1928-1945, de Yrigiayen a Perón**. Buenos Aires: Sudamericana, 1984.
- RANIS, P. Early peronism and the post-liberal argentine state. **Journal of Interamerican Studies World Affairs**, New York, v.21, n.3, p.313-38, 1979.
- RIVERA, A **La revolución es un sueño eterno**. Buenos Aires: Planeta, 1998.
- RODRÍGUEZ, L. M. **Industrialização e atitudes operárias**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- ROMERO, J. L. **Las ideas políticas en Argentina**. 10.ed. Buenos Aires: FCE, 1987.
- SMITH, P. Social mobilization, political participation and the rise of Juan Perón. **Political Science Quarterly**, v.84, n.1, 1969.
- TORRE, J. C. **La vieja guardia sindical y Perón: sobre los orígenes del peronismo**. Buenos Aires: Sudamericana, 1990.

— \*\* —

**RESUMO:** O trabalho analisa a forma como os trabalhadores e os setores populares se inseriram no peronismo uma vez do seu surgimento, nos anos 40, na Argentina. Apontando para a adesão dos diferentes setores de trabalhadores argentinos, o artigo apresenta as posições dos investigadores do assunto. O período histórico se centra na primeira e segunda presidência de Perón (1946-1955).

**PALAVRAS-CHAVE:** Peronismo; esquerda; trabalhadores; sindicalismo; populismo; trabalhadores novos.

**ABSTRACT:** This article analyses the way the workers and popular fronts inserted themselves in the Peronism when it appeared in the 40's, in Argentina. Showing the adhesion of the different sectors of Argentinean workers, it presents the researchers

*Carlos R. Etulain*

opinion on the subject. The historical period focuses the first and the second period of Peron as president (1946-1955).

**KEYWORDS:** Peronism; left; workers; unionism; populism; new workers.